

**Discurso proferido na inauguração do Fórum Social Dom Helder Câmara –
Sede dos Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais do Ceará**

Fortaleza, dia 27 de março de 2015

“Quem me dera ao menos uma vez que o mais simples fosse visto como o mais importante...”.

Esse verso, da belíssima canção “Índios”, de Renato Russo, sintetiza bem o espírito da obra que hoje inauguramos. Melhor dizendo: não da obra em si, porque reformar um edifício icônico da cidade, com mais de trinta anos de idade, modernizando-o e adaptando-o para as funcionalidades próprias da atividade jurisdicional, foi um exercício de grande complexidade.

A simplicidade como valor central, em verdade, inspira o serviço que aqui iremos prestar. Um procedimento simples, para resolver demandas simples, visando proteger os direitos de pessoas simples. Simples assim!

Desde 2002, os juizados especiais federais – ou JEF’s, como carinhosamente os apelidamos – vêm revelando uma nova face da Justiça Federal brasileira, comprometida com a proteção dos direitos da parcela mais necessitada da população. Aqui são julgadas as ações com valor de até 60 salários mínimos, em geral relativas à seguridade social. Essas causas - pequenas só em sua expressão econômica - podem significar a garantia de uma vida digna a pessoas em situação de extrema vulnerabilidade social: desempregados, idosos, pessoas com deficiência, trabalhadores enfermos, agricultores. Gente que, por muito tempo, esteve privada de seus direitos, sem acesso à Justiça.

De agora em diante, esta passa a ser a casa dos juizados especiais federais do Ceará (com exceção da 21ª Vara, que permanecerá nas dependências da Unifor). Afora as varas de juizados, funcionarão aqui as turmas recursais e toda a estrutura de apoio, como o serviço de atermação, protocolo, atendimento ao público, agência do INSS para cumprimento das decisões judiciais e sala de apoio aos advogados mantida pela OAB. Além disso, passaremos a dispor de novas salas de treinamento, biblioteca e de um espaço apropriado para a realização de audiências e mutirões de conciliação, por intermédio de nosso Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, ou, para simplificar, nossa Central de Conciliação, tão bem conduzida pelo colega Dartanhan Rocha.

O propósito da criação do Fórum Social é um só: facilitar ainda mais o acesso à Justiça da população que mais precisa. A começar por sua localização, no coração da cidade, servido por várias linhas de ônibus e próximo a estação do metrô. Ao consolidar sua presença no Centro, inclusive adotando a Praça Murilo Borges, que em breve também passará por substancial reforma, a Justiça Federal presta sua colaboração com os esforços do Governo do Estado do Ceará e da Prefeitura Municipal de Fortaleza em requalificar este importantíssimo espaço urbano.

Além da localização em si, a arquitetura do Fórum Social foi concebida para simplificar o atendimento aos usuários. Considerando que o público dos juizados é, em boa parte, formado por pessoas idosas, muito humildes ou com dificuldades de locomoção, os principais serviços estarão disponíveis logo no andar térreo. Num gesto de respeito à cidadania, o juiz é que sairá do seu gabinete, descerá pelo elevador, para ir ao encontro do cidadão na audiência, momento mais sensível do processo. E enquanto esperam por suas audiências, nossos usuários poderão apreciar um pouco de arte e beleza na Ala Cultural, um registro simbólico de que aqui outrora funcionou o Centro Cultural do Banco do Nordeste, valioso equipamento urbanístico, ora instalado no antigo Centro de Referência do Professor, nas proximidades de nossa Catedral Metropolitana.

Esse foco no bem-estar dos mais vulneráveis conduziu à ideia, que foi unanimemente acolhida pelo Pleno do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, de a Justiça Federal prestar uma homenagem ao cearense Dom Helder Câmara, conferindo seu nome ao Fórum Social.

Nascido em Fortaleza no dia 7 de fevereiro de 1909, Helder Pessoa Câmara pautou sua vida na defesa dos direitos humanos e na solução pacífica dos conflitos. Orgulhoso e eternamente agradecido de sua naturalidade cearense, Dom Helder mudou-se para o Rio de Janeiro, já padre, aos 27 anos de idade, tendo ali permanecido por longos 28 anos. Um dos idealizadores e fundadores da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), da qual foi secretário geral por doze anos (1952 a 1964), foi por ela eleito Bispo Auxiliar do Rio de Janeiro em 1952. Aos 55 anos de idade, em 1964, foi nomeado Arcebispo de Olinda e Recife, onde permaneceu até a sua aposentadoria aos 75 anos de idade, no ano de 1985.

Sua relevância, entretanto, ultrapassou, em muito, as fronteiras da Igreja. Dom Helder erigiu-se como referencial ético para toda a sociedade e exemplo de simplicidade, coerência e firmeza de caráter, tendo sido por quatro vezes indicado ao Prêmio Nobel da Paz. Pregava a urgência da promoção humana, por meio de uma verdadeira revolução social, sem violência. Dizia ser preciso chegar a tempo diante da dramaticidade da desigualdade social e do sofrimento humano. Pois a Justiça também tem que chegar a tempo, principalmente para o pobre, já tão destituído de direitos pela própria contingência econômica e social.

Há, pois, uma coincidência de anseios e objetivos entre Dom Helder e o Fórum Social, pensado desde a sua arquitetura com centralidade no humilde, na pessoa com deficiência e na cidadania dos excluídos. Soma-se a isso a simbólica ponte que Dom Helder representa na ligação entre o Ceará e Pernambuco, a reforçar os laços entre esta Seção Judiciária e a sede do Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

Como que inspirado pelo ideário de Dom Helder, o Papa Francisco, outro grande líder que transcende a dimensão religiosa, pediu recentemente que as pessoas busquem “situar no centro de nossas preocupações os mais desfavorecidos” e que “sirvam aos frágeis ao invés de se servir deles”.

Essa é uma mensagem extremamente atual, que precisa ser compreendida por toda a sociedade, principalmente pelos agentes públicos. O Estado só se justifica legitimamente se for para servir ao cidadão: estimulando seus potenciais, aliviando suas dores, assegurando um mínimo de dignidade, garantindo sua liberdade, promovendo seus direitos e suas responsabilidades.

O Judiciário também tem que estar atento a essa nova realidade. É preciso superar o paradigma clássico do isolamento e construir o paradigma da proximidade, que preconiza um juiz mais acessível, mais próximo do cidadão, mais conectado com as grandes discussões que interessam à comunidade, sem abrir mão de sua imparcialidade e independência. Um juiz, enfim, que compreenda a complexidade dos conflitos que batem à sua porta e que seja capaz de dialogar com os diversos atores e segmentos sociais, em busca de soluções sustentáveis e pautadas na concretização dos direitos fundamentais.

A inauguração deste Fórum Social é uma demonstração concreta da preocupação dos juízes e juízas federais do Ceará com esse debate e uma prova da sensibilidade e do respeito para o cidadão cearense. Que o trabalho diuturno de todos que fazem

a Justiça Federal transformem este espaço – o mais nobre, o mais belo e, ao mesmo tempo, o mais simples deste edifício – numa verdadeira casa da cidadania.

Não poderia encerrar minhas palavras sem antes fazer alguns registros de agradecimento.

Em primeiro lugar, ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em especial ao seu Presidente, Des. Fed. Francisco Wildo Lacerda Dantas, pela confiança e apoio irrestritos, cumprimentando-o também pelo encerramento de sua marcante e profícua gestão.

Um justo registro de agradecimento também à bancada parlamentar do Ceará, à época coordenada pelo Deputado Federal Antonio Balhmann, que, por meio de emenda coletiva, viabilizou os recursos orçamentários para a consecução desta reforma.

Como disse no início, essa reforma foi um trabalho complexo, que envolveu inúmeros homens e mulheres. Cumprimento e agradeço a todos nas pessoas dos servidores Antonio Carlos Marques, diretor da secretaria administrativa, e Maria Cirene da Silva Guimarães, presidente da Comissão de Fiscalização da Reforma, exemplos de dedicação, lealdade e respeito ao serviço público, traços característicos daqueles que compõem os quadros da Justiça Federal.

Em nome de todos os trabalhadores, agradeço ao Seu Ari, mestre-de-obras, sempre tão disposto a agradar e a resolver os problemas com inteligência e criatividade.

Meus cumprimentos ainda aos responsáveis pelas empresas que planejaram e executaram esta reforma: MD Brasil (projeto arquitetônico e fiscalização), Normatel Engenharia (engenharia civil) e Mac Engenharia (climatização).

Enfim, ao ensejo do término de meu segundo e derradeiro mandato como diretor do foro, agradeço, do fundo do coração, a todas as instituições parceiras e, em especial, à comunidade que forma a Justiça Federal no Ceará – juízes, servidores e colaboradores em geral – pelo apoio e estímulo recebidos ao longo desses quatro anos em que estive à frente da direção do foro, uma honra indescritível e uma riquíssima oportunidade de aprendizado. Sigo agora para uma nova missão, junto à Presidência do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, onde espero servir ainda

mais à Justiça Federal, instituição republicana que abracei com muito orgulho e que tanto tem me dado em troca.

Muito obrigado!

Leonardo Resende Martins